



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**AVALIAÇÃO ESCOLAR: UM DEBATE SOBRE A ATUAÇÃO
DO GESTOR ESCOLAR**

CARLA BARBOSA FERREIRA CARVALHO

BELO HORIZONTE, 2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**AVALIAÇÃO ESCOLAR: UM DEBATE SOBRE A ATUAÇÃO
DO GESTOR ESCOLAR**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Denise França Stehling do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2013

Carla Barbosa Ferreira Carvalho

AVALIAÇÃO ESCOLAR: UM DEBATE SOBRE A ATUAÇÃO DO GESTOR ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em _____ de outubro de dois mil e treze, como requisito necessário para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Profa. Denise França Stehling (orientadora) – UFMG

Prof. UFMG

Carla Barbosa Ferreira Carvalho

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu filho amado e ao meu esposo que me deram motivação para seguir sempre em frente, mesmo que muitas vezes estivesse ausente ou mesmo cansada, sempre me dando uma razão para que eu chegasse até aqui.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente quero agradecer à Deus, pelos dons recebidos.

Aos meus professores, pelos conhecimentos adquiridos.

Aos colegas de curso pela convivência e trocas.

À minha família pelo apoio na construção deste percurso.

*"Viva como se fosse morrer amanhã.
Aprenda como se fosse viver para sempre."*

Mahatma Gandhi

RESUMO

A avaliação escolar faz parte de todo processo educativo e tem a função de diagnosticar as dificuldades e os progressos dos alunos ao longo do ano letivo, sendo utilizado para atribuir os conteúdos trabalhados e assim aproveitar os resultados da aprendizagem dos alunos para construir e/ou reconstruir conceitos, ideias, postulações, levando a sair do conhecimento e adentrar ao mundo do saber. Contudo, tal prática, apesar de ser um processo dinâmico é ainda um entrave para muitas instituições de ensino. A partir da análise de tal temática e da abordagem realizada no Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual de Felisburgo, no qual se caracteriza uma avaliação em que os aspectos qualitativos se sobreponham sobre os quantitativos, mas o que contudo, frente a prática docente, não se efetiva, é que se propôs a seguinte pesquisa **Avaliação Escolar: Um Debate Sobre a Atuação do Gestor Escolar**, que procurou compreender a avaliação como fator significativo para o processo de ensino aprendizagem, bem como, a atuação do gestor escolar nesta dinâmica. Para tanto realizou-se estudo bibliográfico de diversos autores, entre eles Perrenoud (1999), Luckesi (2001), entre outros. Analisamos os processos e as formas de avaliação da aprendizagem, com base no Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual de Felisburgo, analisando e contrapondo situações. Verificamos uma necessidade de atuação constante do Diretor Escolar de forma interativa com o processo pedagógico da escola, atuando com liderança e eficiência a fim de promover um ensino de qualidade e de construção da identidade da escola.

Palavras-Chave: Avaliação, Escola, Reflexão, Gestão.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1. ENTENDENDO O CONCEITO DE AVALIAR.....	10
2. AVALIAR: DIFERENTES CORRENTES DE UM PROCESSO.....	12
3. O GESTOR ESCOLAR A SERVIÇO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO ESCOLAR	16
CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
REFERÊNCIAS	22
ANEXO	24
Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual de Felisburgo	

INTRODUÇÃO

O processo educacional compreende a formação humana, ou seja, levar o indivíduo a construir novas possibilidades e formatar um novo modelo que mescle ação e desenvolvimento, compartilhando o progresso, construindo a cidadania. Neste contexto são necessárias ações que remetam a escola a questão da formação humana e cidadã, que se leve a preocupação social, a formação da consciência jurídica, ou seja, conhecer seus direitos e deveres. Para tanto, o ato de avaliar torna preciso e essencial na construção deste ser humano, que se constitui diariamente. A avaliação, então, compreende exatamente verificar, dentro do processo educacional, os avanços e os entraves para a melhoria da qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

A avaliação escolar, conforme Luckesi (2001), faz parte de todo processo educativo e tem a função de diagnosticar as dificuldades e os progressos dos alunos ao longo do ano letivo, sendo utilizado para atribuir os conteúdos trabalhados e assim aproveitar os resultados da aprendizagem dos alunos para construir e/ou reconstruir conceitos, ideias, postulações, levando-os a sair do conhecimento e adentrar ao mundo do saber.

Contudo, a avaliação é ainda visualizada pela grande maioria dos docentes como parte de um processo que visa o controle e a atribuição de notas não sendo tida como um mecanismo de reavaliação do processo pedagógico. Tal fato é comum nas turmas da Escola Estadual de Felisburgo, localizada no município de Felisburgo, Estado de Minas Gerais, Vale do Jequitinhonha, com atendimento aos anos finais e do Ensino Fundamental e Ensino Médio, com aproximadamente, 609 alunos, que veem a avaliação da aprendizagem como um recurso de repressão ao aluno, ao qual este se subordina de maneira a ficar condicionado a sua aprovação para o ano seguinte mediante aplicação de testes e trabalhos.

A avaliação é um processo contínuo e complexo baseado na coleta sistemática de dados, sendo todos os pontos voltados para o desempenho escolar do aluno, ou seja, a construção do seu conhecimento.

Assim, Luckesi (2001) aponta que na prática escolar a avaliação se faz necessária por ser um instrumento de contribuição para que professores possam analisar, de forma reflexiva, a eficácia do desempenho do aluno e da metodologia utilizada pelo docente para que haja efetivamente a construção do saber pelo

educando, aprimorando-a continuamente. Através da análise, professores obtém resultados, constatando quais os aspectos que foram aprendidos e quais precisam ser melhorados.

Neste contexto, esta pesquisa procurará compreender como se processa a atuação do gestor escolar frente a prática da avaliação da aprendizagem, partindo do universo prático, do perfil de avaliação apresentado no Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Estadual de Felisburgo, verificando a importância da avaliação escolar para o trabalho docente, com foco no processo de ensino e aprendizagem.

É a partir da visão de escola e de processo avaliativo estabelecidos no PPP que esta pesquisa foca a discussão sobre o processo de avaliação da aprendizagem escolar, visto que tal elemento está presente, em todos os níveis e modalidades de ensino e é pré-requisito para o sucesso do aluno durante o seu percurso escolar. A fim de sistematizar a construção desta pesquisa, anexou-se o Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual de Felisburgo, construído de forma a atender as exigências educacionais atuais, bem como, demonstrar a visão de escola que queremos formar, a relevância para a construção da identidade escolar, de aluno, de professor e do processo de pedagógico escolar, além da atuação do gestor escolar e da tomada de decisão da escola.

A jornada não foi fácil, as leituras de autores diversos a fim de fundamentar o estudo bibliográfico foram constantes, entre eles Luckesi (2001), Perrenoud (1999), Hadji (2001), Kraemer (2005), entre outros. Os autores estudados possibilitaram compreender a diversidade do processo educativo e como a avaliação pode dinamizar toda a aprendizagem, direcionando ações para a construção do novo saber.

É este trabalho que se discorrerá nas páginas seguintes a fim de acrescentar algo ao universo da avaliação da aprendizagem escolar com base na construção da identidade escolar a partir do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual de Felisburgo.

1. ENTENDENDO O CONCEITO DE AVALIAR

A palavra AVALIAR, conforme aponta Hadji (2001), provem da expressão latina a + valere, que possui como significação o ato de atribuir valor ao objeto em estudo.

Portanto, pode-se perceber que a prática da avaliação refere-se a uma característica de se atribuir, na maioria das vezes, no caso da educação, uma nota a determinada atividade e este fato insere-se diretamente em toda a dinâmica escolar, tendo-se em vista que são estas notas que inferem no sucesso ou no fracasso do aluno na escola já que indicam a reprovação ou aprovação do aluno ou seja, remete ao seu progresso durante o percurso escolar.

No entanto, seu estudo é construído desde o início do século XX, conforme nos atesta Caro apud Goldberg & Souza (1982) citado por Kraemer (2005, s.p):

“(…), porém, (…) desde 1897 existem registros dos relatos de J. M. Rice sobre uma pesquisa avaliativa utilizada para estabelecer a relação entre o tempo de treinamento e o rendimento em ortografia, revelando que uma grande ênfase em exercícios não levava necessariamente a um melhor rendimento. (KRAEMER, 2005, s.p.)

Percebe-se que o processo de avaliação com finalidades pedagógicas deveria consubstanciar o rendimento e o aproveitamento. “Eram realizados experimentos relativos á produtividade e à moral dos operários, à eficácia de programas de saúde pública, à influencia de programas experimentais universitários sobre a personalidade e atitudes dos alunos, etc” (Kraemer, 2005, s.p)

Para Bigge (1977), no campo da psicologia, o termo avaliação passa a contribuir para o pensamento, ou seja, ela passa a levar a formação, a descrição e a informação, assim ela encontra-se atrelada aos princípios básicos de um novo engendramento social. É o meio no qual está inserido que remete a construção da aprendizagem. É neste contexto que insere-se a escola, formando e informando.

Na escola, durante toda a sua história, a avaliação é tida como requisito de aprovação, ou seja, o aluno é avaliado e, se atender as exigências de determinada turma será classificado para a série seguinte. Um exemplo é que durante o período imperial as escolas só aceitavam membros da elite que fossem aprovados em processos de seleção. Eram valorizados apenas os acertos e não os erros.

Assim, Comis (2006, p. 137), estabelece que:

A avaliação, durante o império, nas escassas escolas primárias públicas, era assistemática e precária, uma vez que os alunos não eram examinados regularmente. Neste período ainda não havia práticas avaliativas sistematizadas; entretanto, iniciava-se as chamadas escolas normais, a formação de professores para atuarem nas escolas primárias (COMIS, 2006, p.137).

Até hoje, de uma forma geral, o erro é frisado pelo professor, através de cores diferenciadas ao corrigir atividades, apontando o erro e não articulando posições para que o aluno possa construir a partir deste ponto, ressignificando o saber.

As provas de seleção, escritas ou orais, visavam, até a década de 80, anterior a promulgação da Constituição de 1988, a verificar apenas o conteúdo aprendido através dos livros. Os bancos escolares, em outras palavras, eram apenas voltados para os livros e o que estavam demonstrados como saberes únicos. Nesta época o processo era baseado, principalmente, na memorização, onde apenas o processo de alfabetização era primordial (Luckesi, 2001).

Contudo, atualmente, percebe-se que com a nova ordem mundial, surgida desde os fins da Guerra Fria, com a queda do muro de Berlim, as novas tendências de mercado e com o advento constante de novas mídias, novas formas de agir e de pensar a avaliação vieram tomando conta e espaço das discussões sobre o processo de ensino e aprendizagem. Cada um buscando a mensuração, a descrição, o julgamento e a negociação, na visão apontada por Kraemer (2005).

A primeira tendência, a mensuração, busca refletir sobre o papel quantitativo da avaliação para estornar sobre a aprovação do aluno. Assim, repensando este papel meramente instituído como fonte de um saber limitado, a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9394/96, estabelece em seu artigo 24º, inciso V:

a verificação da aprendizagem do rendimento escolar observará os seguintes critérios: a avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.(BRASIL, 1996)

Assim, podemos perceber que a lei disciplina uma visão de avaliação em que aspectos qualitativos devem sempre primar sobre os aspectos quantitativos, fato que inclusive é ressaltado no Projeto Político Pedagógico da EE de Felisburgo, o

que contudo, na prática não se caracteriza, tendo-se em vista que a escola ainda utiliza-se de um processo de distribuição de pontos em que o aluno é avaliado bimestralmente devendo adquirir ao fim do ano 50% de aproveitamento.

Seguindo os estudos de Kraemer (2005), o segundo formato da avaliação é o seu aspecto descritivo, em que verificamos a possibilidade conceitual, ou seja, das dinâmicas, das construções de conceitos e de formas diversas que se encontram sobre a avaliação. Nesta modalidade há uma valorização com o processo e com a atribuição de notas para a descrição dos processos escolares, entre eles objetivos de ensino e as possibilidades diversas de serem alcançadas. O avaliador seria um norteador entre o que é certo e o que é errado. Não há neste momento uma visão do aluno. O professor é quem define toda a práxis docente.

A estudiosa aponta também, a terceira corrente, que é a avaliação julgamentista, ou seja, a que se preocupa com o atingir dos objetivos. Ela “julga” objetivos já definidos e constituídos para uma maior influência e confluência dos valores. Para Kraemer (2005) era preciso julgar sobre o conjunto de todas as dimensões do objeto, inclusive sobre os próprios objetivos.

A última corrente, na visão de Kraemer (2005), procura atribuir formas diversas sobre o processo avaliativo um trabalho interacionista, é o processo denominado pela estudiosa de negociação. Nesta visão a avaliação é como forma de questionamento e de constantes interações. É nessa linha que passamos a construir perspectivas e a verificar novos posicionamentos, entre o agir e a consciência de formular padrões.

Nesta visão, o processo avaliativo é um a forma de direcionamento do processo de ensino-aprendizagem. Nele são discutidos todos os processos de formação e de formatação da aprendizagem do aluno, o qual envolveria diversos aspectos da aprendizagem dos alunos.

2. AVALIAR: DIFERENTES CORRENTES DE UM PROCESSO

A avaliação, como diferentes órgãos do corpo humano, exerce funções diversas que se mostram como partes de um todo, formando o organismo, seguindo um ideal, partindo para uma nova forma de verificar o papel da educação. Assim, mescla-se três funções básicas da avaliação: a diagnóstica, a formativa e a somativa

(KRAEMER, 2005).

A primeira função é a diagnóstica. Geralmente, ao consultarmos por problemas de saúde, ou assuntos relacionados ao bem estar corporal e físico, o medico procura fazer um diagnóstico do paciente, ou seja, levantar dados, conhecer a realidade, muitas vezes solicitar os exames, entre outros. Assim, ocorre na educação o que Kraemer (2005, s.p) expunha como sendo:

A avaliação diagnóstica pretende averiguar a posição do aluno face a novas aprendizagens que lhe vão ser propostas e a aprendizagens anteriores que servem de base àquelas, no sentido de obviar as dificuldades futuras e, em certos casos, de resolver situações presentes. (KRAEMER, 2005, s.p)

No diagnóstico são levantadas informações sobre o processo de aprendizagem do aluno, sua construção, seu papel integrador, níveis de deficiência, entre outros e estabelece o que se pode direcionar como ações para sanar as dificuldades encontradas.

Em outras palavras, ela contribui para a produção de estratégias metodológicas para alcance dos objetivos estabelecidos nos programas de ensino. Segundo Perrenoud (1999), a avaliação da aprendizagem, no novo paradigma, é um processo mediador na construção do currículo e se encontra intimamente relacionada à gestão da aprendizagem dos alunos, ou seja, ao levantamento de informações sobre todo o processo educacional que permita a conseqüente formação humana.

Percebe-se então que o diagnóstico passa a estabelecer funções do ato de ensinar. Há uma preocupação maior com o estabelecimento das metas de ensino e de significação da aprendizagem. Sendo, portanto, que cada avaliação aplicada terá objetivos concernentes a sua aplicabilidade.

Para Melchior (2002), a avaliação diagnóstica de remeter melhoria do resultado no desenrolar das atividades de ensino, leva o professor a motivar e a compreender novas possibilidades de aprendizagem, orientar atividades que desenvolvam o protagonismo juvenil e novos líderes educacionais.

Este tipo de avaliação estabelece as normas e condições para que se possibilite ir além de temas cognitivos, englobando aspectos emocionais e físicos.

Luckesi (2005, s.p) observa que:

Diversamente, o ato de avaliar tem como função investigar a qualidade do desempenho dos estudantes, tendo em vista proceder a uma intervenção para a melhoria dos resultados, caso seja necessária. Assim, a avaliação é diagnóstica. Como investigação sobre o desempenho escolar dos estudantes, ela gera um conhecimento sobre o seu estado de aprendizagem e, assim, tanto é importante o que ele aprendeu como o que ele ainda não aprendeu. O que já aprendeu está bem; mas, o que não aprendeu (e necessita de aprender, porque essencial) indica a necessidade da intervenção de reorientação..., até que aprenda. Alguma coisa que necessita de ser aprendida, como essencial, não pode permanecer não aprendida. Tomar conhecimento somente do que o educando aprendeu não permite investir no processo, porém somente no produto. Foi isso que as crianças, acima citadas, aprenderam rapidamente sob a imposição da autoridade do sistema escolar: centrar-se no “tirar nota” e não no “aprender”. (LUCKESI, 2005, s.p.)

Assim, a avaliação diagnóstica permite ao professor identificar para onde direcionará o processo de ensino e como estes estarão influenciados na construção de um conhecimento e na formação do saber.

A segunda função da avaliação tem caráter formativo em que se almeja a valorização do conhecimento do aluno, ou seja, todo o foco de aprendizagem é o aluno que sai do papel de receptor e passa ao papel de construtor.

A avaliação formativa retira-se o foco do professor e compreende as diferentes concepções para a formação do aluno. Ela corrige rumos e busca mostrar ao educador propostas para melhorar a sua ação enquanto docente, ou seja busca aprimorar o fazer pedagógico do profissional.

Segundo Perrenoud (1999, p. 149) “[...] avaliação formativa coloca à disposição do professor informações mais precisas, mais qualitativas, sobre os processos de aprendizagem, as atitudes e as aquisições dos alunos”.

Esse tipo de avaliação busca também avaliar o domínio e o progresso do aluno nas suas relações com os objetivos estabelecidos nos planos de ensino, adequando e postulando suas capacidades, habilidades e competências como partes da rede de formação do homem enquanto indivíduo.

Para Perrenoud (1999), a avaliação formativa não tem como objetivo classificar ou selecionar. Fundamenta-se nos processos de aprendizagem, em seus aspectos cognitivos, afetivos e relacionais; fundamenta-se em aprendizagens significativas e funcionais que se aplicam em diversos contextos e se atualizam o quanto for preciso para que se continue a aprender. O aluno aprende a criar associações com as diversas formações do seu cotidiano.

Em caso de falhas vê-se a necessidade de articular um trabalho com atividades, exercícios, aulas expositivas, atividades de reforço, com vistas a sanar as

atividades expostas durante o seu processo de avaliação. O erro é assimilado como parte do processo de aprendizagem e passível de se construir outras tentativas a fim de se chegar ao acerto.

Esta modalidade de avaliação não possui o caráter classificatório, mas fundamenta-se em registros significativos na formação da aprendizagem dos alunos, buscando compreender o desenvolvimento das capacidades dos alunos, podendo se dizer que ela se converte em uma ferramenta pedagógica, em um elemento que melhora a aprendizagem do aluno e a qualidade do ensino, conforme aponta Perrenoud (1999).

Portanto, a avaliação formativa contribui para a formação do homem, não apenas no contexto escolar, mas ensina ao professor o seu inacabamento e proporciona ao aluno a reflexão sobre a arte de aprender com seus erros e criar condições para compreender o mundo.

A terceira e última função da avaliação, conforme Kraemer (2005), é a que visa determinar o grau de domínio do aluno sobre determinados conteúdos, ou seja, levantar dados sobre o que ele sabe e o que não sabe para que assim possa-lhe atribuir notas que podem ser de aprovação ou reprovação. Esta forma de avaliação se configura pelo sentido de aprovação e/ou reprovação do aluno. É chamada de avaliação somativa.

Quando se fala em soma, vem-se a mente a ideia de somar, adicionar, quantificar. E isto não é muito diferente nas questões pontuais sobre avaliação somativa. Ela compreende os processos de testar, medir e quantificar o conhecimento adquirido nos bancos escolares.

Podemos perceber que a avaliação somativa concentra-se na atribuição de notas, fato que é supervalorizado, pois tabula-se conceitos de que a nota representa aprendizagem. Seu caráter é puramente quantitativo. E isto pode ser expresso na avaliação realizada na escola, através de provas, trabalhos em grupo, entre outros. Contudo, tais perspectivas não avaliam os diferentes processos de aquisição do conhecimento nem de formação cognitiva do aluno. Nesta pretende-se avaliar o nível de conhecimento adquirido pelo aluno em relação ao programa da disciplina, na qual se espera determinado desempenho; os progressos realizados pelo aluno; se o aluno tem ou não condições de estar sendo aprovado.

De acordo com Perrenoud (1999), podem-se identificar duas lógicas na avaliação: a *lógica formativa* e a *lógica somativa ou certificativa*. A avaliação na

lógica formativa é compreendida como fonte de regulação dos processos de aprendizagem, ou seja, sua vocação é contribuir para as aprendizagens, pois permite a intervenção deliberada do professor, induzindo a uma regulação antecipada de uma aprendizagem em curso; e na *lógica somativa ou certificativa* sua função é fazer um balanço das aquisições do estudante e decidir por sua aprovação ou não para etapas subseqüentes do programa de ensino.

Ela, contudo, não avalia resultados globais do aluno, ou seja, a mescla de situações físicas, psicológicas e cognitivas. Os detalhes deveriam centrar-se na avaliação formativa, sendo uma visão global sobre o desenvolvimento do aluno. A avaliação somativa concentra-se em demasia a transferência de aprendizagem e os objetivos cognitivos que foram alcançados.

Apesar de se concentrar em um aspecto qualitativo, com a avaliação formativa, o Projeto Político Pedagógico da E.E. De Felisburgo, ainda se distancia da realidade de nossas escolas, em que se pauta o aspecto somativo, com a aplicação de avaliações que visam verificar a aprendizagem do aluno. Isso implica em se obter aprovação ou reprovação no processo de ensino-aprendizagem durante o ano letivo.

É necessário que se construa dentro da instituição escolar, uma maturidade sobre o conceito e os instrumentos de avaliação, a fim de subsidiar a aprendizagem. É urgente que a escola debata e verifique a diversidade de instrumentos capazes de se processar a fim de se chegar a aprendizagem, valorizando as capacidades e habilidades dos alunos, transformando-as em competências, cabendo ao gestor escolar interagir e construir um caminho pedagógico para a escola, de forma coletiva.

3. O GESTOR ESCOLAR A SERVIÇO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO ESCOLAR

É comum ao analisarmos de forma mais ampla o sistema educativo, perceber que muitas vezes existe uma divisão comum quanto às atividades desenvolvidas na escola. De um lado temos o caráter meramente administrativo que compete ao diretor, o pedagógico que compete aos especialistas, o financeiro, que nas escolas estaduais competem ao diretor e nas municipais competem a Secretaria Municipal de Educação e o campo de apoio jurisdicional que competem aos Inspectores

Escolares. Diante desse quadro, o papel de gestor escolar passa a ser meramente administrativo, o que por sua vez limita a compreensão de escola e de trabalho em equipe.

O gestor escolar deve estar inserido em todo o processo educativo, conforme aponta Vasconcellos (2000), permeando por todos os elementos, a fim de entender e visualizar a escola como um corpo integrado, para que se promova a cidadania, a ética, a criação de oportunidades e de valores.

Na Gestão Pedagógica, deve-se considerar o desenvolvimento curricular e todas as suas implicações no fazer da Escola. Falar dele é falar de Ensino-Aprendizagem. É tratar de um conjunto de ações que cooperam para a formação humana, para o desenvolvimento de capacidades, de competências e de habilidades, a efetivação da aprendizagem dos alunos. (MINAS GERAIS, s.d, p.16)

É perante essa visão que o gestor escolar deve ser visto como um empreendedor, um ser capaz de descobrir potencialidades e de modificar realidades. Haja vista que o nosso sistema educacional, assim como a EE de Felisburgo, apesar de apregoar em seu Projeto Político Pedagógico uma avaliação com base em aspectos qualitativos, ainda privilegia a avaliação somativa, sendo utilizada como meio de correção ou mesmo coação aos alunos, fugindo e muito dos preceitos legais e pedagógicos que normatizam a escola.

Diante desse quadro o gestor escolar deve ser um potencializador de ideias e de canais, participar da inserção e dos debates pedagógicos, visualizando índices de reprovação, aprovação, metodologias utilizadas, resultados das avaliações externas promovidas pelos Sistemas de Ensino, tudo englobando um processo contínuo de avaliação e reavaliação sobre a escola, o aluno e sobre o trabalho profissional (MINAS GERAIS, 2008).

É um aglomerado de situações que envolvem principalmente a mudança de paradigmas e concepções de professores que utilizam a avaliação como punição.

O gestor deve promover a avaliação para a promoção de um caráter diagnóstico, ou seja, levar o professor a compreender as dificuldades dos alunos a fim de melhor direcionar o seu trabalho. Isso não é uma tarefa apenas do especialista, mas um trabalho de todos na escola num conglomerado de ações que devem estar na Proposta Pedagógica da Escola, no seu Regimento Escolar e ser utilizado durante todo o processo de ensino, discutido e afirmado como política

educacional da escola. Outro aspecto da avaliação é o seu caráter formativo, ou seja, a avaliação não deve simplesmente promover e analisar a aprendizagem, mas levar conceitos e valores para a vida. Mais uma vez o gestor deve estar atento a esta questão já que a escola deve considerar todas as potencialidades possíveis para que se promovam de forma corrente e diversa a integração dos conteúdos escolares e a realidade do aluno, tornando-a significativa para o aluno e assim integrando-o ao mundo ao trabalho.

Segundo o PPP da EE de Felisburgo (2013, p. 19) “A avaliação do aluno é compreendida como parte integrante do processo pedagógico com o objetivo de identificar os avanços e diagnosticar as necessidades de reorientação das ações educativas”. Diante desse panorama percebe-se que o gestor deve atuar em todo o processo pedagógico a fim de efetivar as premissas do Projeto Político Pedagógico, para que o mesmo não seja apenas mais um documento da escola, mas que tenha efetividade.

Se analisarmos a legislação estadual de Minas Gerais sobre o processo de avaliação perceberemos claros critérios como o seu caráter contínuo, com avaliação qualitativa sobre a quantitativa. A Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, através da Resolução 2197 de 26 de outubro de 2012 determinou em seu artigo 70º que:

Na avaliação da aprendizagem, a Escola deverá utilizar procedimentos, recursos de acessibilidade e instrumentos diversos, tais como a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, entrevistas, provas, testes, questionários, adequando-os à faixa etária e às características de desenvolvimento do educando e utilizando a coleta de informações sobre a aprendizagem dos alunos como diagnóstico para as intervenções pedagógicas necessárias.

Parágrafo único. As formas e procedimentos utilizados pela Escola para diagnosticar, acompanhar e intervir, pedagogicamente, no processo de aprendizagem dos alunos, devem expressar, com clareza, o que é esperado do educando em relação à sua aprendizagem e ao que foi realizado pela Escola, devendo ser registrados para subsidiar as decisões e informações sobre sua vida escolar. (MINAS GERAIS, 2012)

Pode-se perceber que a Resolução estabelece uma diversidade de instrumentos para avaliar o aluno, ou seja, mecanismos que podem levar ao aluno a expressão do conhecimento adquirido. Contudo, apesar disso, a prática docente nas escolas públicas, em especial na E.E. de Felisburgo, está distante de aplicar tais instrumentos, pois os mesmos estão inseridos em uma cultura quantitativa de valorização do aluno e de sua aprendizagem. Diante desse quadro, o gestor escolar

deve atuar de forma eficaz, apresentando aos docentes de forma contundente, recursos pedagógicos capazes de auxiliar a prática docente e atingir os objetivos do processo de ensino e aprendizagem.

O gestor, neste sentido, deve ser um incentivador, uma mola propulsora a fim de que professores e demais membros da escola esqueçam os métodos de avaliação como punição e ressurjam, buscando ressignificar a aprendizagem e com isso o processo de ensino.

Segundo Souza (2005, s.p.):

As práticas utilizadas nos processos de avaliação variam como variam as intenções que se têm com o seu uso. Por exemplo, a utilização do caderno do aluno como fonte de dados para a avaliação da aprendizagem mostra um determinado conjunto de informações, mais cotidianas, sobre o conhecimento que o aluno adquiriu.(SOUZA, 2005,s.p)

Assim, pode-se perceber que qualquer prática avaliativa torna-se essencial para análise e construção de parâmetros para o desenvolvimento institucional da escola, o que torna o papel do gestor escolar essencial para a consecução dos objetivos propostos, devendo o mesmo atuar de forma dinâmica e incisiva a fim de construir a identidade da escola, em conformidade com os anseios da comunidade escolar, ou seja, implementar o Projeto Político Pedagógico escolar que retrata o desejo coletivo em acertar e ter o melhor para os alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político Pedagógico é um dos instrumentos que caracterizam a escola e delineiam seus passos para um novo perfil, através dos espaços, do tempo, da formatação pedagógica e administrativa, do perfil do gestor frente a participação da comunidade escolar. A sua reconstrução fora uma tarefa que envolveu a noção de tempo e espaço, além de estudos diversos, das mais variadas fontes e acima de tudo a identificação do perfil de escola e de comunidade, atuando de forma diagnóstica, e ao mesmo tempo, caracterizando os almejos futuros, como, o que a escola deseja para si, enquanto escola, observando as concepções de alunos, professores, especialistas, gestão, entre outros.

Tal aspecto fez-nos questionar sobre a importância da avaliação, um elemento tão presente e discutido nos meios acadêmicos, mas pouco efetivado em nossa escola, principalmente, sobre o âmbito da gestão, isto é, da atuação do diretor escolar frente a esse processo que deve ser dinâmico, com a influência de diversos fatores, entre eles as habilidades de alunos, ou ainda, os instrumentos de trabalho do professor, a fim de se chegar efetivamente à aprendizagem. Os objetivos, apesar de extensos e de polêmicos, foram atingidos, o que pode ser observado a partir da concepção de que o mesmo deve atuar de forma proficiente diante de toda a área pedagógica da escola, principalmente, no que concerne a identidade da escola, como elemento norteador para professores e alunos.

Contudo, apesar de ser um tema de essencial importância, seu estudo deve ser efetivamente realizado dentro de cada instituição escolar, a fim de se debater o perfil da escola e assim, poder construir novos valores e novos paradigmas a fim de serem inseridos na comunidade escolar. Assim, as identidades, a formação e a construção do pensamento a cerca da avaliação deve ser efetivamente construído em cada escola, com a participação de toda comunidade, como ocorre com o Projeto Político Pedagógico, que é um conjunto de aspirações da comunidade para o que ela espera da escola.

É fato que muitos outros questionamentos podem ser formulados, mas jamais concluídos, pois cada identidade, cada possibilidade, pois cada docente, aluno, sistema de ensino, possuem as suas concepções sobre o processo de avaliação da aprendizagem, e assim, como todos os temas relacionados à vivência escolar, esse

merece amplos debates e estudos de forma a mostrar pontos de vista e a formulação de novos pensamentos, novas soluções.

Portanto, o gestor escolar diante das necessidades do século XXI deve atuar de forma a compreender novos espaços e novos métodos de trabalho, a fim de, como líder, levar a escola a níveis cada vez mais elevados de sucesso escolar. Esse é o grande papel do gestor: articular todas essas ações e seus atores.

REFERÊNCIAS

BIGGE, Morris L. **Teorias da aprendizagem para professores**. São Paulo: EPU, 1977. 370 p.

BRASIL. Lei 9394 – LDB – **Lei das Diretrizes e Bases da Educação**, de 20 de dezembro de 1996.

COMIS, Daniela. **A função social da escola e da avaliação da aprendizagem**. Disponível em: <http://www.uninove.br/PDFs/publicacoes/dialogia/dialogia> > Acesso em: 26 de setembro de 2013.

HADJI, Charles. **Avaliação demistificada**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **A Avaliação da aprendizagem como processo construtivo de um novo fazer**. 2005. Disponível em: <<http://www.gestiopolis.com/Canais4/rrhh/aprendizagem.htm>> Acesso em 15 de setembro de 2013.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Avaliação da aprendizagem... mais uma vez**. Revista ABC EDUCATIO, Rio de Janeiro, nº 46, 2005. Disponível em: < http://www.luckesi.com.br/textos/abc_educatio> Acesso em: 03 de outubro de 2013.

MELCHIOR, Maria Celina. **Avaliação Pedagógica: função e necessidade**. 3 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

MINAS GERAIS. **Resolução 2197 de 26 de outubro de 2012**. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências. Disponível em: <http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/> Acesso em: 21 de setembro de 2013

_____. **Guia do Diretor Escolar**. Belo Horizonte: SEE, 2008. Disponível em: <<http://crv.educacao.mg.gov.br/aveonline40/banco>> Acesso em: 30 de setembro de 2013.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação da excelência à regulação das aprendizagens entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SOARES, Marcos Aurelio Silva. **A descentralização do ensino no Brasil e a implementação dos sistemas municipais de ensino: razões e determinações**. Disponível em <www.nupe.ufpr.br/marcos.pdf> Acesso em: 21 de setembro de 2013.

SOUZA, Ângelo Ricardo de Souza...[et al.]. **Gestão e avaliação da educação escolar**. Curitiba: Ed. da UFPR. 2005, p.17-22. 42 p. Disponível em: <<http://escoladegestores.mec.gov.br/site>> Acesso em: 20 em setembro de 2013.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento: Projeto de Ensino Aprendizagem e projeto Político Pedagógico**. Cadernos Pedagógicos do Libertad, 7^a ed. São Paulo: 2000, 205 p.

ANEXO: Projeto Político Pedagógico



escola de **gestores**
da educação **básica**

ESCOLA ESTADUAL DE FELISBURGO

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

**BRUNA LAYLA NERES MATOS
CARLA BARBOSA FERREIRA CARVALHO
CILENE MAGALHÃES SANTOS
SORAIA GUIMARÃES FIGUEIREDO**

FELISBURGO, 2013



escola de **gestores**
da educação básica

ESCOLA ESTADUAL DE FELISBURGO

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Denise França Stehling do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

FELISBURGO, 2013



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	03
1. FINALIDADES DA EDUCAÇÃO	04
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	06
2.1. Estrutura Organizacional Administrativa	06
2.2. Estrutura Organizacional Pedagógica	08
3. CURRÍCULO	11
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	13
5. PROCESSOS DE DECISÃO	15
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	17
7. AVALIAÇÃO	19
CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
REFERÊNCIAS	23

INTRODUÇÃO

Pela Portaria nº 161/ 70, publicada no Jornal Minas Gerais, Diário Oficial dos Poderes do Estado, de 06 de Junho de 1970, pág. 08, Col. 03, essa escola passou a denominar-se “Ginásio Estadual de Felisburgo”. Quatro anos depois, através da Resolução 810/ 74, de 06 de Julho de 1974, recebeu a classificação tipológica de Escola Estadual de Felisburgo.

O quadro de funcionários é composto por quarenta e três profissionais distribuídos nas seguintes funções: um diretor, dois vice-diretores, dois especialistas em educação básica, vinte e sete professores e onze funcionários administrativos.

O corpo discente é composto em sua grande maioria por alunos de classe social média/ baixa que busca na escola, além da aprendizagem, o carinho, a assistência, o apoio e alimentação. Atualmente, a escola atende a seiscentos e quarenta e dois alunos, na faixa etária de 11 a 20 anos. Muitos desses alunos apresentam carência não só econômica, mas de assistência familiar e social, sendo estes alguns motivos para as dificuldades permanentes ou temporárias apresentadas pelos mesmos. Em relação a essas dificuldades, os professores procuram desenvolver um trabalho dinâmico e participativo tendo em vista a realidade dos educandos.

A frequência é satisfatória, mas há casos esporádicos de alunos que faltam bastante. Quando acontece essa situação, os pais são convocados para justificarem e não sendo resolvido é acionado o Conselho Tutelar.

O corpo administrativo e pedagógico da escola busca, em conjunto, promover ações como programações socioculturais desenvolvidas através de projetos e conteúdos curriculares trabalhados dentro dos eixos temáticos de modo que o aluno tenha a oportunidade de aprender, refletir, expressando de forma oral e escrita o saber novo construído, como também agindo e interagindo com autonomia e dignidade.

As aulas são planejadas tendo em vista os recursos e espaços disponibilizados como: datashow, sala de informática, televisão, DVD, retroprojetor, vídeos e o laboratório de ciências que conta apenas com o espaço e poucos recursos de vidrarias e reagentes, não tendo os equipamentos necessários para o desenvolvimento de aulas práticas.

A equipe docente tem buscado utilizar uma metodologia diversificada, objetivando promover uma educação de qualidade, implementando as metas do Projeto Político Pedagógico da escola. Porém, temos como obstáculos a enfrentar a instalação de uma nova biblioteca que atualmente não comporta o número de alunos que atende por turno, precarizando o trabalho de leitura e pesquisa. O refeitório também é pequeno, não possibilitando conforto para que todos os alunos se acomodem para merendar. Conforme Martins (2001, p. 15)

O patrimônio da Escola não é constituído apenas pelos recursos materiais, a infraestrutura, as instalações físicas, os equipamentos, os materiais escolares, dentre outros. O patrimônio tem também uma dimensão imaterial, que pode ser percebida no símbolo da Escola, em sua memória, em sua história. Gerir o patrimônio escolar significa não apenas conservar o que se vê como, também, o que ele representa na vida da comunidade em que se insere e dos que a cercam. (MARTINS, 2001, p. 15).

Nesse sentido, acreditamos que o papel do diretor da escola é exercer uma liderança pedagógica, administrativa e financeira, garantir uma gestão democrática, ética, transparente e eficaz na organização escolar, tornando-a um instrumento para a promoção da inclusão social.

O gestor deve manter um elo de comunicação com a comunidade escolar, com vista a prestar contas, com transparência, dos seus planos de ação e realizações da escola, interagindo com a comunidade escolar através de assembleia geral, Dia D e encontros que ocorrem nesta instituição educacional, buscando atingir um bom resultado.

1. FINALIDADES DA ESCOLA

O projeto pedagógico exige profunda reflexão sobre as finalidades da escola, assim como a explicitação do seu papel social e a clara definição dos caminhos, formas operacionais e ações a serem empreendidas por todos os envolvidos com o processo educativo. Seu processo de construção aglutinará crenças, convicções, conhecimentos da comunidade escolar, de contexto social e científico, constituindo-se em compromisso político e pedagógico coletivo. (VEIGA, 1998, p.9).

Preparar as crianças e jovens para a vida adulta, muitas vezes era compreendido como a construção de habilidades para o mercado de trabalho, bem como a capacidade de se relacionar nele e na sociedade.

Com o avanço da sociedade de direitos, preparar crianças e jovens para a vida tem significado enquanto valorização da infância e da adolescência, reconhecê-

las como idades próprias, com características que precisam ser vividas. Destaca-se, então, a importância de vivenciar com alegria o exercício de direitos democráticos, da convivência, como o direito de falar e ouvir, de participar das decisões coletivas, de compreender sua cultura e seu meio, de exercitar um conjunto de direitos socialmente desenvolvidos.

Essencialmente a preocupação da escola é inserir social, cultural e politicamente os alunos como sujeitos de uma sociedade diversificada e diferenciada, numa atitude de crítica e de ação. Estamos cientes de que tudo isso está profundamente associado à aprendizagem dos principais conhecimentos científicos.

A Escola Estadual de Felisburgo adota os seguintes princípios como eixos norteadores de suas ações pedagógicas:

- Éticos: de justiça, solidariedade, liberdade e autonomia; de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, gênero, etnia, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;
- Políticos: de reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; da busca da equidade e da exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades;
- Estéticos: do cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; do enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente a da cultura mineira e da construção de identidades plurais e solidárias.

Frente ao trabalho desenvolvido pela instituição e aos problemas enfrentados, é nossa tarefa resgatar a centralidade da educação e, mais especificamente, da educação escolar é tarefa não apenas necessária, mas urgente. Segundo Moacir Gadotti (2000, p. 03)

A escola pergunta sobre si mesma, sobre seu papel como instituição numa sociedade pós-moderna e pós-industrial, caracterizada pela globalização da economia e das comunicações, pela informatização da vida social, pelo pluralismo político, pela emergência do poder local. (GADOTTI, 2000, p. 03).

É de acordo os objetivos educacionais voltados ao sucesso do ensino e da aprendizagem que a Escola Estadual de Felisburgo busca proporcionar aos seus educandos uma educação de qualidade. Projetamos suportes administrativos e financeiros para atender os alunos, cada caso e suas peculiaridades; elaborar um currículo integrado onde todos os conteúdos sejam trabalhados de forma contextualizada, sem fragmentação, atendendo às reais necessidades do aluno, da escola e da região; desenvolver habilidades centradas na parte cultural e artística do nosso educando; oferecer salas oficinas para atender cada aluno em sua diversidade.

Diante da situação real da escola e esta ação intencionada com um sentido definido, explícito, sobre o que queremos inovar, seremos uma escola capaz de discutir, avaliar nossas práticas, construindo coletivamente esse documento, estruturando currículos que reflitam nossas concepções de mundo, valores de educação e de formação do homem integral.

Enfim, é missão da escola assumir a competência primordial da mesma: educar e ensinar/aprender.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA

A gestão administrativa é tratada como meio para a construção de uma escola de qualidade, portanto tem aspectos importantes no desenvolvimento das ações direcionadas ao bem estar dos adolescentes, dos docentes e de todos os servidores.

O corpo administrativo da escola é formado por um diretor, dois vice-diretores, dois especialistas em Educação Básica, um secretário e três assistentes técnicos.

O corpo docente é composto por: cinco professores de Língua Portuguesa, quatro professores de Matemática, quatro professores de Geografia, dois professores de História, três professores de Ciências Biológicas, dois professores de Língua Inglesa, dois professores de Educação Física, um professor de Artes, um professor de Educação Religiosa, dois professores de Química, dois professores de Física, um professor de Sociologia e um professor de Filosofia.

Quanto à estrutura física, a escola apresenta-se em boas condições de uso, sendo o prédio conservado e adaptado para os alunos deficientes. Há nove salas de

aula arejadas, ventiladas, uma cantina com despensa e refeitório com mesas e bancos, uma diretoria, uma secretaria acoplada com sala de arquivo, uma sala de Supervisão, sanitário feminino e masculino, uma sala de professores, uma sala de informática, uma quadra poliesportiva coberta com vestiários masculino e feminino e um laboratório de Ciências desativado por falta de equipamentos. O prédio está em bom estado de conservação bem como os serviços de limpeza, iluminação e demais.

A escola disponibiliza equipamentos variados para enriquecimento das aulas e uso dos profissionais como vinte computadores na sala de informática, quatro na secretaria, um na sala de supervisão, um na sala dos professores, um na biblioteca, um na diretoria, quatro data-show, dois aparelhos de DVD, dois aparelhos de som, um retro-projetor, três televisores e três notebooks.

A merenda escolar é de boa qualidade e há a preocupação de oferecer um cardápio variado atendendo às necessidades básicas de um turno da vida dos alunos. A mesma é oferecida gratuitamente pela Secretaria Estadual de Educação, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Os recursos financeiros aplicados na educação desta referida escola são gerenciados pelo Diretor juntamente com o Colegiado Escolar e membros do Conselho Fiscal. É permitido investir em equipamentos e produtos seguindo o Plano de Trabalho disponibilizado pela Secretaria Estadual de Educação.

A escola recebe ainda recursos financeiros diretamente na Caixa Escolar, como: PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola, PDE – Plano de Desenvolvimento Escolar, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), recursos para manutenção, reparos da rede física, material de consumo, aquisição de mobiliários, equipamentos necessários ao funcionamento da unidade de ensino e para realização de obras de construção, ampliação e reforma. Os recursos são aplicados de forma clara e objetiva seguindo as disposições do Decreto Estadual nº 45.085/09 e a Resolução SEE nº 2.245 de 28 de dezembro de 2012.

O gestor tem o papel de zelar pela garantia de uma educação de qualidade, ofertando condições adequadas para garantir uma formação integral aos alunos nos níveis de ensino ofertados na escola, e isso inclui uma infraestrutura adequada, formação continuada dos profissionais, merenda de qualidade, aplicação correta dos recursos e, além disso, dar conta também das questões legais, das relações

interpessoais e da interação com a comunidade escolar.

Acima de tudo, a gestão deve estar atenta ao eixo principal que é a gestão pedagógica, pois a função principal da escola é fazer acontecer a aprendizagem dos alunos. Em relação à questão prioritária que é a qualidade da educação e as condições de oferecê-la, Cury (2010, p. 03) enfatiza no seu texto que:

Se a nossa Constituição põe como princípio do ensino a garantia de um padrão de qualidade (art. 206, VII), por contraste, assinala, no art. 208, §2º, que o não oferecimento do ensino obrigatório ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente. (CURY, 2010, p.03).

2. 2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA

A Escola Estadual de Felisburgo, seguindo as orientações contidas na Resolução SEE nº 2197/2012, atende alunos das séries finais com os Ciclos Intermediário e da Consolidação no ensino fundamental e no Ensino médio com alunos da última etapa do sistema de seriação.

O planejamento é organizado bimestralmente levando em conta os progressos e dificuldades das turmas, sendo elaborado pelos professores sob coordenação e orientação dos especialistas e tem como subsídio o Plano de Intervenção Pedagógica e o Projeto Político Pedagógico que são elaborados coletivamente com a participação de toda a comunidade escolar. Após discussão coletiva reúnem-se os grupos por áreas de estudo com acompanhamento da equipe pedagógica e de acordo os Conteúdos Básicos Comuns (CBC) e assim atende ao princípio citado por Souza (2005, p. 10):

O planejamento deve pautar-se pelo princípio da busca da unidade entre teoria e prática, e se instituir como momento privilegiado de tomada de decisões acerca das finalidades da educação básica. O planejamento, no âmbito da unidade escolar, caracteriza-se como meio, por excelência, do exercício do trabalho pedagógico de forma coletiva, ou seja, como possibilidade ímpar de superação da forma fragmentada e burocrática de realização desse trabalho. (SOUZA, 2005, p.10).

Além do planejamento bimestral, todas as áreas trabalham com o plano semanal, onde nas reuniões de módulo II, que é a reunião pedagógica semanal extra-turno com duas horas de duração (das 17h30min às 19h30min) por área, os professores, sob a coordenação dos especialistas, planejam as aulas que serão ministradas na semana.

A enturmação dos alunos é realizada em conjunto pelo diretor, especialistas e professores, considerando a idade e observando também o comportamento para não agrupar os alunos com as mesmas características de aprendizagem e indisciplina na mesma turma. No início do ano letivo é aplicada uma avaliação diagnóstica em todas as turmas que servirá de subsídio para o professor planejar a sua prática pedagógica e buscar estratégias para sanar as dificuldades encontradas no processo pedagógico.

Nas turmas do 1º ano do ensino médio aplicam-se as avaliações do PAAE (Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar) que é um programa da Secretaria de Estado de Educação que possibilita identificar as necessidades imediatas para a intervenção pedagógica. As avaliações externas, como SIMAVE/PROEB, também servem de subsídio para o planejamento, pois as matrizes de referência são analisadas, detectando os descritores que os alunos apresentaram mais dificuldades.

As turmas são heterogêneas, com várias faixas etárias e níveis diferenciados de aprendizagem. Neste item Cury (2010, p. 16) destaca que “turmas homogêneas devem ser evitadas a fim de se propiciar a valorização de experiências diferenciadas, o respeito ao outro diferente, a pluralidade cultural”. E assim a enturmação é uma prática que viabiliza considerar as diversas culturas e os saberes diferentes, sendo que para os alunos que não conseguiram consolidar as capacidades previstas em cada ano ou ciclo o Serviço de Supervisão Pedagógica organiza as aulas de reforço no próprio turno, sob a orientação dos professores para o ensino para uso da biblioteca para superar as dificuldades.

A escola oferece recursos de apoio didático tais como retroprojektor, computador, data show, televisor, vídeo e som com objetivo de enriquecer as aulas tornando-as mais práticas e atrativas. Como a metodologia utilizada deve ser diversificada, a escola também dispõe de alguns recursos didáticos que auxiliam nas realizações da prática pedagógica como coleções didático-pedagógicas, jogos, recursos audiovisuais, livros didáticos e os materiais necessários à realização das aulas. Os materiais didáticos utilizados pelos docentes são confeccionados pelos mesmos, tendo o apoio de recursos eletrônicos como o computador e a máquina de xerografar.

A direção da Escola Estadual de Felisburgo, procurando realizar as

transformações no processo pedagógico, realiza ações que viabilizam o processo de qualificação do profissional da educação como:

- Espaço no calendário escolar para planejamento e trocas de experiências entre os professores de uma mesma série;
- Reuniões pedagógicas semestrais com temas referentes ao Projeto Político Pedagógico;
- Promoção e participação em eventos pedagógicos, culturais e de lazer;
- Reuniões de Módulo II semanalmente;
- Capacitações previstas no Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) para os conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática;
- Capacitações promovidas pela Secretaria de Estado de Educação (SEE) e Superintendência Regional de Ensino (SRE).

O corpo docente da escola é composto de profissionais que tem qualificação em nível superior. Portanto, a instituição procura de acordo as ações descritas acima proporcionar a formação continuada aos professores para terem condições de desenvolver um trabalho voltado às reais necessidades do educando, garantindo um ensino de qualidade como é direito de todos os cidadãos. Cury (2010, p. 9) ressalta que a “qualidade supõe profissionais do ensino com sólida formação básica, aí compreendidos o domínio dos métodos e técnicas de ensino e o acesso à educação continuada, presencial ou à distância”.

A organização e o funcionamento do ensino nesta escola fundamentam-se no princípio da gestão democrática e na observância das normas legais visando sempre garantir a permanência de todos os alunos na Escola Pública Democrática, trabalhando na busca do seu aperfeiçoamento pedagógico com vistas ao sucesso escolar. A escola funciona para atender o seu alunado em todos os seus aspectos sociais, culturais e cognitivos; para tanto, visa desenvolver uma proposta de qualidade na perspectiva de uma educação para a cidadania.

Os alunos atendidos encontram-se na faixa etária a partir de 10 anos. O horário de funcionamento no matutino é de 7:00h às 11:30h, vespertino é de 13:00h às 17:00h e no noturno de 19:00h às 22:30h para atender a disponibilidade dos educandos que na sua maioria são trabalhadores.

Os conteúdos curriculares são trabalhados de forma interdisciplinar procurando adequar à idade dos alunos, atendendo-os nas suas especificidades e

visando proporcionar uma formação humana integral que possibilite a sua inserção na sociedade. É realizado o aproveitamento de conhecimentos e habilidades adquiridas pelos educandos por meio informais, privilegiando temas adequados à faixa etária dos alunos.

3. CURRÍCULO

A E. E. De Felisburgo garante a igualdade de acesso para os alunos a uma base nacional comum, de maneira a legitimar a unidade e a qualidade da ação pedagógica na diversidade nacional. A parte diversificada tem por objetivo enriquecer e complementar a base nacional comum, propiciando a introdução de projetos e atividades de interesse da comunidade. A parte diversificada do currículo é estipulada de acordo com as necessidades e interesses dos alunos. A base nacional comum e a parte diversificada integram e articulam a vida cidadã com suas áreas de conhecimento.

Os objetivos e prioridades do ensino da escola abrangem os seguintes ideais:

- O aluno é ser em desenvolvimento;
- À escola cabe formar o educando, abrangendo o aspecto moral, social, intelectual, ético, político e religioso;
 - Ministrando o ensino com vistas ao desenvolvimento integral do aluno, tendo como referência seus interesses e suas necessidades;
- Oferecer ao aluno condições e meios necessários para o desenvolvimento de seu espírito crítico e reflexivo, tornando-o inserido em sua época;
- Prover o aluno de condições que lhe permitam situar-se como agente de sua própria história e da história da sociedade a que pertence;
- Elaborar e executar a proposta pedagógica;
- Promover meios para recuperação de alunos de menor rendimento;
- Articular-se com as famílias e a comunidade, criando meios de integração da sociedade com a escola.

Os conteúdos, apesar do que seguidamente se apresentam em classe de modo separado, têm mais potencialidade de uso de compreensão quanto mais relacionados estejam entre si. Muitos dos esforços dos professores estão voltados para oferecer ações que integram conteúdos historicamente isolados ou específicos

para auxiliar no seu valor formativo.

A instituição compreende currículo como expressão de princípios e metas do projeto educativo que precisam ser flexíveis para promover discussões e reelaborações, quando necessário.

Na organização curricular, prioriza-se o desenvolvimento da capacidade de aprender a construção de significados socialmente reconhecidos como verdadeiros sobre o mundo físico e natural e o domínio dos princípios e fundamentos científico-tecnológicos. Segundo a Resolução CEB nº03, de 26 de junho de 1998, “nesta organização devem ter presente que os conteúdos curriculares não são fins em si mesmos, mas meios básicos para constituir competências cognitivas e sociais”. É necessário compreender que as linguagens são indispensáveis ao exercício da cidadania, as metodologias de ensino diversificadas estimulam a reconstrução do conhecimento, mobilizam o raciocínio e despertam interesses.

Os temas transversais são trabalhados aliados às disciplinas curriculares, sendo os temas trabalhados conforme Res. CNE/CEB nº2/2012 de 30/01/2012. As temáticas abordadas são Educação alimentar e nutricional; Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso; Educação ambiental; Educação para o trânsito e Educação em direitos humanos. O estudo da dependência química e das consequências neuropsíquicas e sociológicas do uso das drogas é integrado aos componentes curriculares das áreas de conhecimento.

O estudo da história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas está integrado aos componentes curriculares das áreas de conhecimento conforme Lei Federal nº 11.645/08. A preparação para o trabalho desenvolve-se sob a forma de atividades integradas aos componentes curriculares das áreas de conhecimento como elemento de formação integral do aluno. Música constitui conteúdo obrigatório, mas não exclusivo do componente curricular Arte, em atendimento ao disposto na Lei nº 11.769/ 2008. Percebe-se que as situações de aprendizagem provam sentimentos e trabalham a afetividade do aluno.

Existe na escola a oferta de Educação em Tempo Integral que possui como objetivo ampliar as oportunidades educacionais dos alunos, visando à formação de novas habilidades e conhecimentos pela expansão do período de permanência diária nas atividades promovidas pela escola. Na instituição há aulas de Língua Portuguesa, Matemática e Educação Física.

Há ainda certa dificuldade dos docentes no trabalho voltado à integração entre as disciplinas porque muitos ainda não conseguem relacionar os conteúdos entre si. Uma ação que auxilia no processo ensino-aprendizagem em relação à interdisciplinaridade, que é a integração entre as disciplinas, é a execução dos projetos pedagógicos escolares, de fundamental importância para o enriquecimento dos conhecimentos e compartilhamento de experiências. Projetos como Consciência negra, Valores, Gincana solidária, Festa do estudante, Leitura, dentre outros, são trabalhados na escola de forma integrada.

Portanto, podemos considerar as seguintes definições de currículo segundo Sacristán (1998, p. 14):

O currículo, em seus conteúdos e nas formas pelas quais apresenta aos professores e aos alunos, é uma opção historicamente configurada que se sedimentou dentro de determinada trama cultural, política, social e escolar; está carregado, portanto, de valores e pressupostos que é preciso decifrar, o que pode ser feito tanto a partir de um nível de análise político-social, quanto a partir do ponto de vista de sua instrumentação "mais técnica", descobrindo os mecanismos que operam em seu desenvolvimento dentro dos campos escolares. (SACRISTÁN, 1998, p. 14).

A Escola Estadual de Felisburgo busca hoje a possibilidade de formação de indivíduos com uma nova mentalidade. Nessa perspectiva, o currículo escolar busca as suas fontes de inspiração no saber e nas suas necessidades do contexto social. A definição das diretrizes curriculares segue um modelo pré-determinado pelo âmbito estadual, existindo na escola uma flexibilidade quanto ao tratamento das mesmas. Essas diretrizes estão em consonância com a realidade da escola, mas é preciso um olhar atento para as necessidades de aprendizagem do corpo discente, pois prioriza-se em cada componente curricular habilidades básicas para a leitura, a escrita e interpretação, além dos cálculos. Junto a essas capacidades, busca-se a formação do indivíduo quanto à ética e à cidadania.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Na organização do tempo escolar, atualmente a escola está organizada em ciclos tendo em vista a idade de formação dos educandos. A jornada escolar no Ensino Fundamental e Médio é organizada em quatro horas de trabalho diário, excluído o tempo destinado ao recreio, que são vinte minutos diários.

Respeitados os dispositivos legais previstos no quadro curricular da instituição, compete à escola proceder à organização do tempo escolar no Ensino Fundamental e Médio, assegurando a duração da semana letiva de cinco dias.

O horário escolar é organizado com algumas aulas geminadas de uma mesma disciplina como Língua Portuguesa e Matemática para melhor desenvolvimento do processo de ensino- aprendizagem.

O planejamento pedagógico é realizado bimestralmente, mas uma vez por semana os professores se reúnem para uma reunião semanal extra-turno com duração de duas horas (das 17h 30min às 19h 30min), sendo este espaço reservado para que o corpo docente e a equipe pedagógica discutam metas e ações para o cotidiano escolar, conforme explicitado no eixo anterior.

Partindo de uma concepção humanística pautada no trabalho coletivo, integrado, gerador de mudanças em todos os aspectos, a escola define o tempo escolar em ciclos, preocupando-se com o tempo de permanência do aluno e o compromisso com o processo educativo.

Os horários e espaços escolares, bem como a organização de turmas se dão de modo que promovam a frequência e a aprendizagem dos alunos, visto que a escola faz remanejamentos de acordo o nível de aprendizagem e recuperação paralela, ou seja, busca-se auxiliar os alunos a vencerem as dificuldades encontradas logo que estas são detectadas, sendo aplicadas atividades de ensino durante todo o bimestre. A escola organiza agrupamento e reagrupamento dos alunos como estratégia pedagógica para garantir a efetiva aprendizagem de todos:

- I- Turmas organizadas por idade e nível de escolaridade;
- II- Grupos temporários de alunos da mesma turma ou de turmas distintas organizadas para atendimento diferenciado ou para realização de atividades.

Os alunos que possuem dificuldades de aprendizagem em leitura e escrita recebem aulas de reforço no próprio turno em que estudam, sendo orientados pelas bibliotecárias que realizam trabalhos de intervenção pedagógica na escola.

As aulas extraclasse, apesar de pouco utilizadas, acontecem no espaço escolar, ou fora dele em praças e auditórios, onde são programadas pelos professores, visitas, excursões, entrevistas e alguns trabalhos de campo. A escola tem buscado estabelecer um clima propício à aprendizagem e interação social,

objetivando que todas as suas potencialidades se efetivem em ações criativas e participativas, produzindo saberes diversificados. Assim é possível oferecer uma educação para a formação de pessoas críticas, conscientes e atuantes, estabelecendo com o próximo relações de reciprocidade para construir sua cultura e sua história.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

A gestão da Escola Estadual de Felisburgo é uma gestão democrática onde as decisões são tomadas coletivamente com mais frequência nas reuniões mensais com os professores, especialistas e corpo administrativo. Os alunos participam de forma indireta, pois são sempre convidados a participarem, mas a representatividade é sempre pequena.

A participação dos pais também pode-se considerar tímida, pois participam pouco da vida escolar dos filhos, comparecem à escola quando solicitados e com pouca frequência. Espaços estão sendo criados para convidar os pais a ir e vir para o meio educativo, como nas reuniões das turmas que são realizadas com a presença dos pais, alunos, especialistas e direção, sendo que na pauta já existe o momento de participação de todos os segmentos participantes.

Na implementação do PIP (Plano de Intervenção Pedagógica) também há um espaço aberto onde os pais opinam, discutem e sugerem alternativas para a melhoria do processo ensino aprendizagem dos alunos. Sobre a gestão democrática Souza (2010, p. 01) define:

[...] gestão democrática como sendo o processo político através do qual as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas e os encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola. (SOUZA, 2010, p. 01).

Na escola os espaços são abertos para discussão dos problemas, levantamento de alternativas para resolução dos conflitos e as sugestões são sempre direcionadas aos setores interessados, havendo socialização e busca constante para resolução dos problemas. A escola está lutando para superar a sua estrutura burocrática, caminhando para transformação, onde o conhecimento é construído coletivamente. Observando Souza (2010, p. 02) ele enfatiza:

[...] essa gestão tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito a normas coletivamente

construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola.” (SOUZA, 2010, p. 02).

O gestor assume função primordial nesta ação, é dele a função de buscar mecanismos de construção coletiva e na Escola Estadual de Felisburgo existem os seguintes instrumentos implantados que fornecem subsídios para que aconteça de fato uma gestão democrática:

- Colegiado escolar – O colegiado é representado pelos diversos segmentos da comunidade escolar, composto por 09 membros sendo 01 presidente que é o diretor e 50% por profissionais em exercício – 02 professores e 02 servidores que atuam em outras áreas, e 50% por comunidade atendida na escola que são 02 pais de alunos menores de 14 anos e 02 alunos maiores de 14 anos. As reuniões acontecem mensalmente conforme cronograma elaborado pelos membros e previsto no calendário escolar e extraordinariamente sempre que necessário sendo convocada pelo presidente ou por 1/3 dos seus membros. As ações vão desde participar na elaboração e acompanhamento do Projeto Político Pedagógico da escola até cuidar da transparência dos aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos.

- Assembleia Geral - Está marcada no calendário escolar conforme previsto no regimento e acontece uma vez em cada semestre. Destina-se à participação da grande maioria dos membros da comunidade. É convocada pelo diretor e objetiva discutir assuntos relevantes e de interesse de todos os segmentos: professores, pais, alunos e funcionários. As decisões tomadas em assembleia geral são registradas em livro próprio pelo secretário e depois assinada por todos os presentes.

- Grêmios estudantis – O grêmios está em processo de implantação na escola, onde se realizou as reuniões para orientação do processo de implementação criando espaços de participação dos alunos no cotidiano escolar.

- Processo de escolha dos dirigentes escolares – A escolha do gestor é mista por aprovação na certificação que é a prova objetiva e de títulos, e a eleição onde somente os candidatos habilitados na certificação podem se candidatar ao processo e a comunidade dividida por segmentos escolhem através do voto secreto a pessoa indicada que será o representante da instituição.

Levando em consideração a implementação desses processos e práticas de

participação coletiva na Escola Estadual de Felisburgo, já não existe o cenário do gestor exercendo a função autoritária, pois aliados a estes instrumentos ainda contamos com a construção e reconstrução coletiva do Projeto Político Pedagógico envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar e local, discussão e mudanças na organização do trabalho e na gestão da escola observando sempre a realidade contextual e também a legislação.

Portanto, o gestor deverá aglutinar todas as forças no sentido de construir equipes participativas buscando também parcerias com os diversos órgãos. Na escola podemos citar os seguintes existentes: Conselho Tutelar que mantém um bom relacionamento auxiliando nas questões referentes à infrequência, comportamento, atitudes e aprendizagem, estando presente na escola sempre que se faz necessário; Secretaria de Saúde que realiza uma vez em cada semestre palestras relacionadas às doenças sexualmente transmissíveis, gravidez na adolescência e campanhas sobre saúde; Secretaria de Esporte e Cultura que colabora nas atividades esportivas como os campeonatos desenvolvidos na escola e todos os eventos culturais realizados na cidade onde a escola é parceira, participando ativamente.

O Conselho de Classe ocorre bimestralmente. Os professores reúnem-se com a equipe pedagógica, direção e os líderes das turmas que buscam conjuntamente analisar a atual situação dos alunos objetivando auxiliá-los em suas dificuldades.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

Pensar as relações na Escola é pensar nas interações que se desenvolvem no ambiente escolar.

Segundo o Guia do diretor elaborado pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais em 2007, pode-se afirmar:

No relacionamento entre pessoas de um mesmo ambiente de trabalho, todo bom funcionamento e todo bom resultado não se fazem automaticamente. As pessoas, uma a uma, integradas num espírito de equipe, ocupando diferentes cargos, são as engrenagens que movimentam a instituição. Não é diferente na escola. Uma escola que tem seus profissionais comprometidos com objetivos comuns e formando um verdadeiro "time", consegue alcançar melhores resultados do que outra em que cada um está por si só. A consciência de que o trabalho do outro é tão importante quanto o nosso, é fundamental para o cumprimento de metas ambiciosas como as

metas educacionais. (MINAS GERAIS, 2007, p. 66).

Na Escola Estadual de Felisburgo, o relacionamento entre os profissionais da educação acontece de forma harmoniosa, há um trabalho em equipe e as pessoas se respeitam, portanto é notável o compromisso e a responsabilidade que todos têm com as suas atribuições, buscando sempre alcançar as metas propostas pela Secretaria de Estado de Educação, pois trabalham com este objetivo.

A direção exerce papel fundamental nesse contexto, pois é dele a função de articular este relacionamento. Para Lucchesi (1997, p.233):

Canalizar a fluência desse poder numa ação educativa parece constituir um desafio para o diretor da escola, articulador de todas as forças no interior desta instituição. Para isso, faz-se necessário que ele esteja consciente das microrelações de poder que perpassam seu cotidiano para poder exercer seu papel de articular a organicidade da escola, sem permanecer aferrado a sua face legal. Caso contrário, pode ocorrer o que vem se tornando uma prática institucional: o diretor representa o poder de plantão. (LUCCHESI, 1997, p. 233).

Que não é a prática da escola existe sim os conflitos, pois todos podem opinar discutir e participar, porém estes conflitos são mediados buscando chegar a um consenso nas resoluções dos problemas e situações vivenciadas na escola. Em reuniões de Módulo II, 01 vez a cada bimestre, desenvolvemos atividades práticas que contribuem para compreensão das relações interpessoais como:

- Dinâmicas de grupo;
- Textos e mensagens para reflexão;
- Exibição de filmes e vídeos para reflexão.

No cotidiano da escola, todos têm suas funções explicitadas e colaboram entre si. A articulação entre os segmentos são estabelecidas em reuniões e encontros proporcionados pela escola e Superintendência Regional de Ensino e no dia a dia acontecem naturalmente a divisão das tarefas, pois a maioria é consciente das suas funções. Quanto à formação profissional, 80% dos professores são habilitados na área em que atuam e os demais 20% possuem curso superior em outras áreas sendo autorizados a trabalhar com o conteúdo específico.

7. AVALIAÇÃO

A Escola Estadual de Felisburgo compreende que o planejamento e o desenvolvimento do ensino devem visar à melhoria da sua qualidade, a redução dos índices de repetência e evasão escolar.

A avaliação do aluno é compreendida como parte integrante do processo pedagógico com o objetivo de identificar os avanços e diagnosticar as necessidades de reorientação das ações educativas.

O processo de avaliação do desenvolvimento do aluno é realizado de acordo com a Proposta Pedagógica da escola, garantindo:

- I- A permanente informação e registro sobre o desempenho do aluno em relação aos objetivos do currículo em vigor;
- II- A observância às flexibilizações e adaptações curriculares em respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem dos alunos;
- III- O replanejamento didático com base nos resultados do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE – PROEB);
- IV- A prática da avaliação contínua e processual, de forma a propiciar os meios necessários à continuidade do processo de aprendizagem do aluno em todos os níveis da educação básica;
- V- O fornecimento de dados para a auto-avaliação desta escola e informação à comunidade quanto aos resultados do trabalho escolar.

No Ensino Fundamental e Médio os resultados da aprendizagem são utilizados como referenciais para identificar os avanços e as dificuldades dos alunos. A avaliação da aprendizagem está organizada de acordo os princípios da progressão continuada e progressão parcial, tendo as seguintes características:

- I - É contínua e processual;
- II - É dinâmica e participativa;
- III - É diagnóstica e investigativa.

A avaliação da aprendizagem, como parte integrante do processo pedagógico, tem a função precípua de orientar o processo educativo, de modo a possibilitar:

- I- O atendimento diferenciado aos alunos;
- II- A adequação do plano didático, tendo em vista os objetivos curriculares;
- III- O registro de informação acerca do desempenho escolar do aluno.

Cabe à escola, de acordo com a legislação vigente e a Lei de Diretrizes e

Bases 9394/96, criar estratégias para organização e reorganização do tempo e do espaço escolar, bem como o melhor aproveitamento do seu corpo docente, de modo a possibilitar ações pedagógicas para atendimento diferenciado de alunos com dificuldades de aprendizagem no tempo em que elas surgirem. As estratégias de atendimento diferenciado, considerando as novas oportunidades de aprendizagem a serem viabilizadas pelo professor para construção do conhecimento, devem ser previstas na Proposta Pedagógica, no Regimento Escolar e divulgadas amplamente na comunidade escolar, em reuniões de Pais e do Colegiado Escolar.

A verificação do rendimento escolar é processo contínuo do qual participam alunos, professores e especialistas da educação e tem por finalidade averiguar o desempenho do aluno, o que aprendeu, o que não aprendeu e o porquê.

O acompanhamento e a avaliação dos resultados possibilitam:

- I- Analisar o eixo pedagógico visando garantir a efetividade do processo ensino-aprendizagem diante dos resultados e das atividades observadas;
- II- A permanente informação e referência para formulação da prática educativa do professor na direção da construção do conhecimento e da formação global dos alunos;
- III- A incorporação, além da dimensão cognitiva, dos aspectos culturais, sociais, biológicos e afetivos;
- IV- A construção do conhecimento que enfatiza os interesses e a realidade do aluno com uma interação efetiva entre o professor– aluno – conhecimento, na construção de uma avaliação dinâmica, reflexiva e problematizadora;
- V- O fornecimento de dados para a auto- avaliação da escola e informação à comunidade quanto aos resultados do trabalho escolar;
- VI- O replanejamento de estudos de recuperação de acordo com as necessidades do aluno.

No processo ensino aprendizagem observa-se a utilização de vários instrumentos de avaliação (testes, trabalhos individuais ou de grupos, pesquisas, tarefas, atividades em classe ou extraclasse, arguições, observação e outros), devendo o professor selecioná-los de acordo com a natureza da matéria e o tratamento metodológico adotado, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Nos anos finais do Ensino fundamental e no Ensino Médio os resultados das

avaliações dos alunos são expressos em pontos numa escala de (0) zero a (100) cem para todas as disciplinas. Segundo acordado no Regimento Escolar, os 100 (cem) pontos terão a seguinte distribuição:

- 1ª Etapa: 20 (vinte) pontos;
- 2ª Etapa: 25 (vinte e cinco) pontos;
- 3ª Etapa: 25 (vinte e cinco) pontos;
- 4ª Etapa: 30 (trinta) pontos.

A recuperação da aprendizagem acontece logo que as dificuldades dos alunos são detectadas nas atividades de ensino e nas atividades avaliativas. Os professores realizam as intervenções pedagógicas através de retomada de conteúdos (explanação), espaço para dúvidas e simulados.

As disciplinas Arte (8º ano do Ensino Fundamental), Artes (1º ano do Ensino Médio), Educação Física e Educação Religiosa têm os seus registros de avaliações em forma de conceitos, sendo também computados para fins de aprovação ou retenção.

Os resultados da avaliação da aprendizagem realizada pela escola e os resultados do Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica – PROEB – e do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública – SIMAVE – devem ser consideradas no planejamento didático.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto político pedagógico mostra a cara da escola, os seus anseios, as suas dificuldades, a sua realidade.

É de fundamental importância assegurar a implementação do Projeto Político Pedagógico, pois é uma exigência da sociedade atual a consolidação de uma escola de qualidade. Esse projeto foi elaborado coletivamente com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, observando a realidade em que a comunidade está inserida. Foram realizadas assembleias gerais com a participação da comunidade escolar (pais, alunos, professores e servidores da escola), onde através de oficinas e plenárias realizou-se o estudo de textos e da proposta atual para alterar os itens necessários.

O trabalho em grupo viabilizou a participação de todos os segmentos da comunidade que construíram o PPP com a “cara” da escola. A proposta contempla os principais problemas como pouca participação dos pais no processo escolar dos

filhos, laboratório de ciências inativo, necessidade de mais cursos de formação continuada, ampliação do espaço da biblioteca e refeitório pequeno. Mas também destaca os pontos que contribuem para o fortalecimento da escola como: Programações sócio-culturais desenvolvidas através de projetos; conteúdos curriculares trabalhados de acordo os eixos temáticos; reuniões de pais por turma com participação dos professores, alunos e equipe pedagógica; participação efetiva do colegiado nas decisões da escola; boa utilização e conservação do prédio e quase cem por cento dos professores são habilitados.

Há um caminho ainda a ser percorrido, pois se faz necessário sensibilizar os pais através de reuniões da importância de acompanhar a vida escolar dos seus filhos, solicitar através de ofício à Secretaria Estadual de Educação os equipamentos necessários para reativar o laboratório de ciências e solicitar também a ampliação da biblioteca e refeitório, bem como implantar novos cursos de formação continuada.

Contudo, a construção do Projeto Político Pedagógico é um processo inconcluso, que requer sempre rever o que está dando certo, reestruturar os itens necessários e, portanto, avaliar periodicamente para que a sua implantação cumpra com sua função principal que é a melhoria do processo pedagógico da escola.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**. Lei Darcy Ribeiro nº 9.394/96. Brasília – 1998.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB n.º 03 de 26 de junho de 1998 . Diário Oficial da União, Brasília, DF.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB n.º 02 de 30 de janeiro de 2012 . Diário Oficial da União, Brasília, DF.

_____, Presidência da República. Lei nº 11.769 de 2008. **Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica**, através do artigo 26º, § 6º. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2008/lei/L11769.htm>. Acesso em 06 - 06- 2013.

_____, Presidência da República. Lei nº 11.645 de 2008. **Dispõe sobre a inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena**, através do artigo 26º, § 1º e 2º. Disponível em: < www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em 20 - 06- 2013.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola**. 2010. Disponível em:< moodle3.mec.gov.br/ufmg. > Acesso em 24-02-2013.

GADOTTI, Moacir. **Autonomia da escola: princípios e propostas**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000.

LUCCHESI, M. A S. **O diretor da escola pública, um articulador**. In: PINTO, O. F. C, FELDMAN, M. G., SILVA, R. C. (Org) Administração escolar e política da educação. Piracicaba: UNIMEP, 1997.

MARTINS, Ricardo Chaves de Rezende. **Progestão: como gerenciar o espaço físico e o patrimônio da escola?** Módulo VII. Ricardo Chaves de Rezende Martins, Rui Rodrigues Aguiar; Coordenação Geral Maria Aglaê de Medeiros Machado. Brasília : Consed – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

MINAS GERAIS, Secretaria de Estado da Educação de. **Guia do diretor escolar Instrumento didático destinado a orientação e suporte do trabalho do Diretor Escolar**, 2007, 120 p.

_____, Secretaria de Estado da Educação. Resolução nº 2.197, de 26 de outubro de 2012. **Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais.**

SACRISTÁN, J. Gimeno . **O currículo: uma reflexão sobre a prática.** 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SOUZA, Ângelo Ricardo de, (et al.) .**Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola**, 2010. Disponível em:< moodle3.mec.gov.br/ufmg. > Acesso em 20-03-2013.

SOUZA, Ângelo Ricardo de (et al.). **Planejamento e trabalho coletivo.** Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. - Curitiba: Ed. da UFPR, 2005, 50 p.

VEIGA, Ilma Passos da. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva.** In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1998. p.11-35.